

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão nacional, nas instâncias ordinárias, de recursos ao STF e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) em que se discuta a inclusão da União em ações contra governos estaduais sobre o fornecimento de medicamentos ou tratamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tratamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e que não integrem a lista padronizada do Sistema Único de Saúde (SUS).

A suspensão valerá até a decisão definitiva do Recurso Extraordinário (RE) 1366243, que, por unanimidade, teve repercussão geral reconhecida no Plenário Virtual (Tema 1.234).

O recurso abrange também a definição da esfera da Justiça competente (estadual ou federal) para resolver demandas similares.

[Clique aqui e confira a decisão](#)

CONTEÚDO

Notícias da DPES - 1

Jurisprudência do STF-2

Jurisprudência STJ-3

Jurisprudência do TJES- 6

Legislação-8

Atualidades Jurídicas-10

Jurisprudência STF

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL DIVORCIADO. EX-CÔNJUGE QUE PERCEBE PENSÃO ALIMENTÍCIA. DISCUSSÃO ACERCA DO PERCENTUAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL E REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. SÚMULAS Nº 279 E 280/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[Clique aqui e confira](#)

EMENTA: SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. MATÉRIA CRIMINAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INOCORRÊNCIA. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL. APLICAÇÃO DO ART. 28-A DO CPP. NORMA DE CONTEÚDO MISTO. RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA. ART. 5º, XL, CF. ILEGALIDADE FLAGRANTE. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[Clique aqui e confira](#)

Jurisprudência STJ

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ART. 829, § 2º, DO CPC/15. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. ART. 835, § 2º, DO CPC/15. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA EM DINHEIRO POR SEGURO GARANTIA JUDICIAL. ACRÉSCIMO DE TRINTA POR CENTO AO VALOR DO DÉBITO. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE ANUÊNCIA DO CREDOR/EXEQUENTE. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL QUE EXPRESSAMENTE EQUIPAROU A FIANÇA BANCÁRIA E O SEGURO GARANTIA JUDICIAL AO DINHEIRO. HARMONIA ENTRE OS PRINCÍPIOS DA MÁXIMA EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO E DA MENOR ONEROSIDADE AO EXECUTADO. REJEIÇÃO SOMENTE POR INSUFICIÊNCIA, DEFEITO FORMAL OU INIDONEIDADE DA SALVAGUARDA OFERECIDA. SITUAÇÃO NÃO VERIFICADA NA HIPÓTESE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. **[Clique aqui e confira](#)**

Jurisprudência STJ

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 337-E DO CÓDIGO PENAL. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP). ART. 28-A, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PROPOSITURA DO PACTO APÓS O OFERECIMENTO E RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PODER-DEVER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PROPOR O ACORDO NO MOMENTO PROCESSUAL OPORTUNO, CASO CONFIGURADOS OS PRESSUPOSTOS LEGAIS. NULIDADE ABSOLUTA. FORMALIZAÇÃO DO ACORDO QUE NÃO PODE SER CONDICIONADA À CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL. PRESUNÇÃO DE PREJUÍZO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA. **Clique aqui e confira**

Jurisprudência STJ

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. PLANO DE SAÚDE. NATUREZA TAXATIVA, EM REGRA, DO ROL DA ANS. TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR PRESCRITO PARA BENEFICIÁRIO PORTADOR DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. MUSICOTERAPIA. COBERTURA OBRIGATÓRIA. REEMBOLSO INTEGRAL. EXCEPCIONALIDADE. **Clique aqui e confira**

Jurisprudência do TJES

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. REGISTROS PÚBLICOS. RETIFICAÇÃO DE CERTIDÃO DE ÓBITO. AUSÊNCIA DE MOTIVOS RELEVANTES PARA TANTO. REGISTRO NA CERTIDÃO REALIZADO COM PERTINÊNCIA. MENOR QUE OSTENTAVA O STATUS DE FILHA QUANDO DO EVENTO MORTE. ADOÇÃO POSTERIOR AO FALECIMENTO. DIREITO ADQUIRIDO PARA FINS DE SUCESSÃO. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

[Clique aqui e confira](#)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. AGRESSÃO VERBAL PRATICADA POR FILHO CONTRA MÃE. AUSÊNCIA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA E DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. NÃO RESTARAM COMPROVADAS A AUTORIA E A MATERIALIDADE.

[Clique aqui e confira](#)

Jurisprudência do TJES

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIÇOS EDUCACIONAIS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DO ALUNO. DESISTÊNCIA. NÃO FORMALIZAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. MENSALIDADES DEVIDAS. CORREÇÃO DO VALOR FINAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. [Clique aqui e confira](#)

EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. USUCAPIÃO. AUSÊNCIA DE REGISTRO DO IMÓVEL. PRESCINDIBILIDADE DE INDICAÇÃO DO POLO PASSIVO. ÓBICE À AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE. ELEMENTOS QUE DEMONSTRAM A LEGÍTIMA UTILIZAÇÃO DA VIA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. [Clique aqui e confira](#)

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS

- **Lei nº 14.540, de 3.4.2023**

Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. [**Clique aqui e confira**](#)

- **Lei nº 14.541, de 3.4.2023**

Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. [**Clique aqui e confira**](#)

- **Lei nº 14.542, de 3.4.2023**

Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine). [**Clique aqui e confira**](#)

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS

- **Lei nº 14.546, de 4.4.2023**

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para estabelecer medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas de chuva e de reúso não potável das águas cinzas. [**Clique aqui e confira**](#)

- **Decreto nº 11.491, de 12.4.2023**

Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada pela República Federativa do Brasil, em Budapeste, em 23 de novembro de 2001. [**Clique aqui e confira**](#)

- **Lei Ordinária nº 11.799/2023**

Assegura às mulheres o direito de ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames, inclusive os ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no âmbito do Estado do Espírito Santo. [**Clique aqui e confira**](#)

ATUALIDADES JURÍDICAS

- **STF decide que ANPP pode ser oferecido depois do trânsito em julgado. [Clique aqui e confira](#)**
- **De acordo com STJ, tratamento multidisciplinar de autismo deve ser coberto por plano. [Clique aqui e confira](#)**
- **TJ-SP aplica regra da tentativa para abrandar rigidez do estupro de vulnerável. [Clique aqui e confira](#)**
- **Ação de plano de saúde que exige perícia não pode ser julgada no JEC. [Clique aqui e confira](#)**
- **Exigência de representação para estelionato retroage em benefício do réu. [Clique aqui e confira](#)**